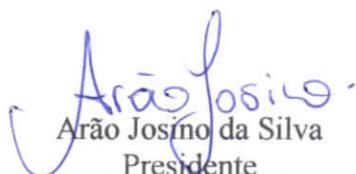


ATA DA 505ª ASSEMBLEIA GERAL ORDINÁRIA DA ASSOCIAÇÃO DE MUNICÍPIOS DO VALE EUROPEU, REALIZADA NO DIA PRIMEIRO DE SETEMBRO DE DOIS MIL E VINTE E DOIS, NO MUNICÍPIO DE BLUMENAU/SC.

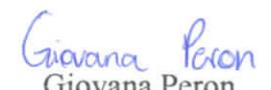
Ao primeiro dia do mês de setembro de dois mil e vinte e dois, às 14 horas, no auditório da Associação, realizou-se a quingentésima quinta Assembleia Geral Ordinária da Associação de Municípios do Vale Europeu (Amve), presidida pelo presidente da entidade e prefeito de Acurra, senhor Arão Josino da Silva, e secretariada por mim, Giovana Peron. A assembleia contou com a presença do senhor Marcelo Doutel da Silva, prefeito do município de Apiúna, da senhora Arrabel Antonieta Lenzi Murara, prefeita do município de Benedito Novo; da senhora Maria Regina de Souza Soar, vice-prefeita do município de Blumenau; do senhor José Ari Vequi, prefeito do município de Brusque; do senhor Hartwig Persuhn, prefeito do município de Doutor Pedrinho; do senhor Felipe Juliano Braz, procurador geral do município de Gaspar, representando o senhor Kleber Edson Wandall, prefeito do município de Gaspar; do senhor Ércio Kriek, prefeito do município de Pomerode; do senhor Jorge Luiz Stolf, prefeito do município de Rio dos Cedros; do senhor Valcir Ferrari, prefeito do município de Rodeio; do senhor Cassio Murilo Chatagnier de Quadros, diretor executivo da Amve; além de demais interessados. Após declarada aberta a assembleia, com a constatação do quórum estatutário, o presidente deu início à reunião cumprimentando a todos, e apresentou a Ordem do Dia, composta pelos seguintes itens: 1 – Aprovação da ata da assembleia anterior; 2 – Apresentação do PEIEX - Furb; 3 – Plano de Comando - PMSC; 4 – Planos de Saneamento; 5 – Lei nº 18.489 – ICMS Educação; 6 – Ofício ao Estado sobre compensação de ICMS aos municípios; 7 – Doação de veículo da Amve ao CIAPS; 8 – Assuntos gerais. Tratando do item um, o presidente colocou em apreciação a ata da 504ª Assembleia Geral Ordinária, pois foi confirmado o recebimento antecipado da ata pelos prefeitos, a qual foi encaminhada para aprovação por correio eletrônico, e não havendo manifestações, esta foi aprovada. Passando ao item dois, foi dada a palavra ao senhor Germano Gehrke, coordenador do Programa de Incentivo à Exportação (PEIEX) da Furb, o qual informou que o programa é fruto de um convênio com a Apex Brasil, que promove a execução das políticas de promoção de exportações em cooperação com o poder público, especialmente as que favoreçam as empresas de pequeno porte e a geração de empregos, em conformidade com as políticas nacionais de desenvolvimento. Destacou ainda que o PEIEX visa preparar e auxiliar as empresas na inserção do mercado exportador brasileiro de forma segura. Citou que a meta do convênio é qualificar 200 empresas ao longo de dois anos, até 2024, e que a área de atuação é a região do Vale Europeu. Apresentou dados históricos do programa, que já qualificou mais de 5 mil empresas, e apresentou as informações sobre o tempo e locais de formação das empresas, ressaltando que a capacitação é totalmente gratuita. Em seguida foram apresentados dois vídeos de experiências reais do programa, bem como levantamento de potenciais empresas na região para aplicar o programa, e também aquelas que demonstraram interesse em participar ou já estão participando do programa. Citou que ao final é entregue um plano de exportação para empresas de produção de bens, ou mapa de valor para aquelas prestadoras de serviço, então solicitou apoio das prefeituras para divulgação institucional do programa às empresas da região. Dando sequência à pauta, no item dois, foi dada a palavra ao senhor Luis André Pena Viana de Oliveira, tenente-coronel do 7º Comando Regional de Polícia Militar (CRPM), o qual cumprimentou a todos e fez uma breve apresentação sobre sua atuação na Polícia. Em seguida, apresentou os números de população, municípios atendidos e de efetivo da região, que soma quase 900 policiais, bem como destacou os eixos de comando: operacional, citando que o efetivo é mobilizado e realocado conforme a demanda, dando exemplo das festas de outubro e do verão no litoral; logístico/financeiro, abordando a questão de apoio e obtenção de recursos para compra de equipamentos e melhoria das estruturas; COPOM/monitoramento, comentando sobre as melhorias que estão sendo feitas no sistema de comunicação e monitoramento da PM, do projeto de um novo COPOM na região, e do trabalho com jovens-aprendizes e policiais da reserva para otimizar o efetivo; pessoal, comentando sobre a previsão de um novo concurso para a PM, e da dificuldade em contratar agentes temporários por conta do salário defasado; saúde e treinamento, destacando que há trabalho contínuo na formação dos policiais e também ações de saúde física e mental; e política

52 estratégica e institucional, citando a aproximação com os prefeitos para resolução de problemas
53 regionais. Por fim, agradeceu pelo espaço e se colocou à disposição, o qual foi retribuído pelo
54 presidente da Amve. Em seguida, o presidente antecipou o item seis, dando a palavra ao senhor José
55 Rafael Corrêa, consultor em gestão fiscal e integridade da Amve, o qual comentou sobre a
56 preocupação com as perdas do Imposto sobre Circulação de Mercadorias e Serviços (ICMS) nos
57 municípios, destacando que até maio houve crescimento na arrecadação de cerca de 30% comparado
58 ao ano anterior, mas a partir de junho este valor foi menor, e em agosto a diferença foi de menos 9%
59 em relação a 2021. Citou que o Fundeb também perdeu o ritmo de crescimento, portanto sugere-se
60 que seja feito ofício ao Governo do Estado solicitando a compensação desses valores, pois a previsão
61 é de que a queda se mantenha até o final do ano vigente. Citou que também haverá redução do Imposto
62 sobre Produtos Industrializados (IPI), o qual impacta no Fundo de Participação dos Municípios
63 (FPM), e que haverá alterações de valor de isenção para Microempreendedores Individuais (MEI),
64 Microempresários e Pequenas empresas, o que também impacta as receitas municipais. Diante disso,
65 foi aprovado o envio de ofício ao Estado solicitando a compensação de valores. Dando continuidade,
66 o senhor José Rafael Corrêa destacou a influência dos resultados do Censo na arrecadação dos
67 municípios, devido ao índice populacional, ressaltando a importância de acompanhar os trabalhos e
68 conscientizar a população para atender os recenseadores. Em seguida, comentou sobre eSocial, EFD-
69 Reinf e DCTWeb, destacando que os municípios serão substitutos tributários, que notas de
70 prestadores de serviços terão retenção de INSS e caberá ao município fazer o recolhimento, então
71 informou que a Amve promoverá capacitação sobre o tema. O consultor ainda abordou a questão da
72 emenda constitucional 108, relembrou sobre a mudança na distribuição do ICMS conforme o índice
73 da educação, citou as leis estaduais que regulamentam esta questão e apresentou pontos principais de
74 mudança. Em seguida, no item cinco, foi dada a palavra ao senhor Plauto Nercy de Camargo Mendes,
75 consultor em educação da Amve, o qual ressaltou sobre os prazos dos municípios para fornecimento
76 de informações para complementação do Fundeb pelo Valor Aluno Ano por Resultados (VAAR), e
77 também falou sobre a definição dos indicadores para o índice da educação no ICMS. Destacou
78 também que cabe aos conselhos escolares e conselhos municipais de educação fiscalizarem a inserção
79 dos dados do censo escolar, garantindo a veracidade das informações e a qualidade do ensino. Em
80 seguida, apresentou alguns indicadores e a representatividade percentual de cada um, exemplificando
81 que o valor do VAAR equivale a 2,5 do Fundeb, o ICMS Educacional atingirá até 2028 o percentual
82 de 15% conforme a legislação, e que o objetivo maior é o cumprimento dos planos municipal e
83 nacional de educação. Comentou também sobre o selo que será concedido aos municípios conforme
84 o resultado obtido, e se colocou à disposição no que for necessário. Na sequência, o presidente
85 solicitou autorização de inclusão de item na pauta, o qual foi aprovado, e passou a palavra ao senhor
86 Edinando Brustolin, assessor jurídico da Amve, o qual detalhou o parecer elaborado no âmbito da Lei
87 Complementar 173/2020, bem como da alteração realizada pela Lei Complementar 191/2022,
88 especificamente com relação ao congelamento do tempo de serviço para concessão de triênios,
89 licenças-prêmio ou similares até 31 de dezembro de 2021, onde foi concedido o descongelamento aos
90 profissionais de saúde e da segurança pública. Destacou que não há consenso sobre o tema, e que o
91 parecer é orientativo, cabendo às procuradorias municipais os devidos encaminhamentos. Também
92 comentou sobre a Lei 14.434/2022, relativa ao piso da enfermagem, a qual pode trazer impacto às
93 finanças de diversos municípios, e orientou que se aguarde manifestação do Supremo Tribunal
94 Federal no pedido de liminar sobre a matéria. Também houve discussão sobre o pagamento de piso
95 aos agentes comunitários de saúde, bem como do adicional por insalubridade. Em seguida, passando
96 ao item quatro, foi dada a palavra à senhora Simone Gomes Traleski, assessora de saneamento e meio
97 ambiente da Amve, a qual lembrou acerca da necessidade de revisão e adequação dos Planos
98 Municipais de Saneamento por conta das novas metas previstas no Marco Legal do Saneamento, cujo
99 prazo é dezembro de 2022. Também pontuou as adequações necessárias para cada município,
100 destacando a importância dessa atualização, e o senhor Ércio Kriek destacou a possibilidade de fazer
101 a contratação de empresa para esta atualização via consórcio. Com relação ao item sete, o senhor
102 Cassio Murilo Chatagnier de Quadros lembrou que a doação do veículo foi aprovada na última

103 assembleia, o qual já foi entregue ao consórcio para uso. Já em assuntos gerais, foi dada a palavra à
104 senhora Marise Teresinha Heinig, assessora em captação de recursos, a qual abordou a nova
105 legislação acerca do Modelo de Excelência em Gestão (MEG), que agora é Modelo de Governança e
106 Gestão - Gestão.gov.br, bem como ressaltou os prazos para implantação do modelo. Em seguida, o
107 diretor executivo da Amve apresentou convite a todos os prefeitos e prefeita para almoço no dia 24
108 de setembro com o procurador da república Guilherme Schelb, cujo intuito é tratar sobre proteção à
109 infância, e a organização é do Grupo Shalom. Por fim, nada mais havendo a tratar, o senhor Arão
110 Josino da Silva declarou encerrada a assembleia, e para constar, eu, Giovana Peron, lavrei a presente
111 ata que, depois de aprovada, será assinada por mim, pelo presidente, e pelo diretor executivo da
112 Amve.


Arão Josino da Silva
Presidente
Prefeito de Ascurra


Cassio Murilo Chatagnier de Quadros
Diretor Executivo


Giovana Peron
Secretária Executiva

113